

**AS CONEXÕES DO VOTO: A INFLUÊNCIA DAS
RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO NÍVEL LOCAL SOBRE A
ESCOLHA DO ELEITOR**

Graziele C Silotto, CEM/Cebrap e NECI – USP
Agência de Fomento: FAPESP
grazielesilotto@gmail.com

**AS CONEXÕES DO VOTO: A INFLUÊNCIA DAS RELAÇÕES
SOCIOECONÔMICAS DO NÍVEL LOCAL SOBRE A ESCOLHA DO
ELEITOR**

Graziele C Silotto^{1 2}

RESUMO:

A relação clientelista dos políticos com seu eleitorado e a importância do reduto eleitoral como única forma de sobrevivência política que completa o argumento distributivista parece ser antes presumida a partir das regras eleitorais do que de fato demonstrada. Essa cadeia explicativa que tende a generalizar o paroquialismo como regra negligencia outros vínculos possíveis entre os candidatos/parlamentares e os eleitores. Este trabalho tem como objetivo estudar a dinâmica das relações entre candidatos e eleitores tendo em vista o contexto espacial que os permeia. Pretende-se verificar se candidatos concentram seus votos em regiões determinadas que estão envolvidas numa dinâmica que, devido à localidade/proximidade das cidades que as compõem, compreende relações de interações sociais, de comércio, de fluxos de informações e de transporte entre seus habitantes.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia Eleitoral; Comportamento Eleitoral; Estudos Eleitorais.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo estudar a dinâmica das relações entre candidatos e eleitores tendo em vista o contexto espacial que os permeia. Conforme será mostrado, os estudos sobre a arena eleitoral necessitam tanto de maior abrangência, quanto de mais testes empíricos. Complementá-los pode ter o papel de desmitificar o funcionamento das estratégias eleitorais dos candidatos assim como da dinâmica da

¹ Graduanda na Universidade de São Paulo, pesquisadora no Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cebrap) e do Núcleo de Estudos Comparados Internacionais (NECI/USP) – grazielesilotto@gmail.com

² Agradeço à agência fomentadora FAPESP por ter concedido a bolsa de iniciação científica para esta pesquisa.

escolha dos eleitores. Com efeito, tal desmistificação, pode contribuir para tornar mais claro também como operam as regras do jogo eleitoral e o como o contexto geográfico afeta a dinâmica do voto.

Os estudos desenvolvidos acerca da arena eleitoral têm em vista o arranjo político institucional adotado no Brasil pela Constituição Federal de 1988. Conforme estes estudos (Ames, 2003; Lamounier, 1992; Mainwaring, 1991) este arranjo favoreceria uma presidência forte e plebiscitária e um Legislativo conservador. A permissividade das regras eleitorais, como a representação proporcional de lista aberta, na qual a posição na lista depende do desempenho eleitoral do candidato, produziria competição intrapartidária, criando incentivos ao comportamento individualista dos políticos (Carey e Shugart, 1995; Samuels, 2002). Consequência disso seria um sistema partidário fragmentado constituído por agentes coletivos fracos. Os parlamentares se comportariam de maneira pouco coesa e indisciplinada, orientados pelo voto pessoal (Carey e Shugart, 1995) e por estratégias localistas, reduzindo os partidos a “máquinas de patronagem” (Samuels, 2002).

A premissa de fundo é que políticos seriam atores racionais cuja atuação parlamentar orienta-se exclusivamente pela lógica *office-seeking*, ou seja, atores que interessam-se somente na continuidade dos seus mandatos e na reeleição (Mayhew, 1974). Essa linha argumentativa articula as arenas eleitoral e legislativa através do conceito de conexão eleitoral. Neste cenário, a utilização de recursos orçamentários através das emendas individuais para destinar verbas para suas bases eleitorais seria a estratégia predominante dos políticos, que teriam o intuito de que estes benefícios fossem convertidos em futuros votos. O *pork barrel*³ seria, portanto, chave no funcionamento do sistema político brasileiro e explicaria tanto a atuação dos parlamentares no Congresso como sua relação com os eleitores, notadamente fisiologista. Contudo, essa cadeia explicativa tende a generalizar o paroquialismo como regra e com isso negligencia outros vínculos possíveis entre os candidatos/parlamentares e os eleitores.

Ames (1995, 2003) é um dos principais autores a assumir o predomínio da conexão eleitoral e do voto pessoal de cunho clientelista propiciados pela lista aberta como pilares do funcionamento do sistema político brasileiro. Segundo o autor, embora os

³ Conforme Silva (2010) “o termo *pork barrel* é comumente empregado [...] para classificar uma política cujos benefícios econômicos ou serviços são concentrados em uma área circunscrita geograficamente, mas os custos são repartidos por todo o território”.

votos sejam buscados oficialmente em todo o estado na competição para o cargo de deputado federal, muitos candidatos focariam suas campanhas em regiões geograficamente delimitadas. Estas regiões constituiriam os chamados distritos informais, ou redutos eleitorais. Seriam formados vínculos de caráter personalistas entre eleito e eleitor de maneira a beneficiar as demandas daquele eleitorado que, em troca, elegeria o candidato que os beneficiou. Daí o argumento de que “a política brasileira favorece a provisão de benefícios locais, geograficamente separáveis” (Ames, 2001:68).

Além disso, uma vez conquistada a dominância dos votos de determinado candidato numa área específica, os demais candidatos evitariam disputar votos na mesma área geográfica (Ames, 1995b). Dessa forma, os redutos seriam áreas nas quais os candidatos constituiriam fortalezas eleitorais, e por elas seriam eleitos em troca de políticas distributivistas.

Em *Os entraves da democracia no Brasil*, Ames (2003) utiliza como argumento os dados de emendas orçamentárias apresentadas pelos parlamentares que se tentaram se reeleger em 1990 e afirma, a partir deles, que deputados procurariam manter redutos eleitorais de maneira a contornar suas fraquezas eleitorais com estratégias clientelistas. Entretanto, conforme aponta Melo (2005), o autor generaliza o caso de uma legislatura específica – 1987 a 1991, compreendendo o período da Assembleia Nacional Constituinte – para fazer afirmações conclusivas quanto à prevalência das emendas individuais como estratégia de reeleição, o que vem sendo mitigado por outros autores.

Carvalho (2003), em estudo sobre a distribuição geográfica dos votos nas eleições legislativas mostra que entre 1994 e 1998 menos de 20% dos candidatos adotaram uma estratégia eleitoral de uma *constituency* geográfica. Estes candidatos são, na terminologia de Ames (2003), os representantes que constituem os redutos eleitorais dominando as eleições em *clusters* de municípios concentrados geograficamente. No entanto a maioria dos candidatos restantes adotaram estratégias que são pouco compatíveis com a relação clientelista que advém da existência de redutos eleitorais, como por exemplo, a divisão de votos de áreas geograficamente compartilhadas com outros candidatos ou a dominância de áreas geograficamente separadas. E ao levar em conta de uma série de indicadores de atividade legislativa, Carvalho mostra que a tese do distributivismo só se aplicaria aos deputados com distribuição geográfica de votos dominante. Ademais, do ponto de vista da importância deste tipo de política para a

carreira individual dos deputados, Mesquita (2008) mostra que a execução das emendas individuais ao orçamento não produzem o retorno eleitoral propalado pela literatura.

A relação clientelista dos políticos com seu eleitorado e a importância do reduto eleitoral como única forma de sobrevivência política que completa o argumento distributivista parece ser, portanto, antes presumida a partir das regras eleitorais do que de fato demonstrada. De todo modo, resta observar os mecanismos de relação entre os políticos e os eleitores, e as relações destes com o meio, já que estes estudos não exploram com maior profundidade o fator do contexto espacial no modelo, o qual parece ser de suma importância. Este trabalho pretende seguir a orientação de que o voto é, conforme Agnew (1996), resultado tanto de processos locais, cuja influência vem do ambiente e da vizinhança, como – mas não apenas – de uma dinâmica nacional, como é por muitos considerado.

Conforme aponta Terron (2009:12) é preciso atentar para o fato de que os “[c]ondicionantes políticos, econômicos e sociais interagem em diversas escalas geográficas e podem determinar diferenças significativas no comportamento eleitoral”. De acordo com a autora, existe uma relação entre preferências políticas e contexto social dos eleitores, de maneira que é necessário dar maior atenção às interações entre os cidadãos que moram nas mesmas áreas, o impacto da economia nacional e local na popularidade do governo e às campanhas eleitorais geograficamente orientadas.

Antes disso, num estudo sobre o eleitorado do sul dos Estados Unidos, Key (1949) mostrou que as escolhas eleitorais se pautavam pelo que ele chamou de “*friends-and-neighbors effect*”, ou efeito da vizinhança. Tal efeito sugere que as votações são suscetíveis ao local de origem ou de moradia do candidato. Dessa forma, os eleitores teriam preferência por candidatos locais, em detrimento dos demais candidatos. Isso aconteceria por meio de um cálculo da promoção do interesse local feito pelo eleitorado, ainda que este não esteja organizado a fim da defesa de um interesse comum (Key, 1949:37). Dessa forma, o eleitorado não pode ser considerado independente do meio no qual vive e seria responsável, via localismo, pela provisão do núcleo eleitoral que concederia os votos ao candidato local, ou o candidato das cidades contíguas (p.132). Nota-se que a influência do componente geográfico aparece aqui de forma um tanto mais sofisticada do que no argumento sobre o paroquialismo.

Segundo Terron (2009:30), o efeito da vizinhança para o candidato é, portanto, onde se firmaria a sua base eleitoral. E já para o eleitor, seria o contexto mais próximo que atuaria em sua vida diariamente, o que independe de candidatos e partidos políticos, e envolve as informações trocadas entre os moradores de cidades vizinhas. Estes são influenciadas pelo acesso às redes de televisão e rádio locais que abrangem as regiões em que eles residem, assim como pelo uso que fazem dos transportes disponíveis entre as cidades (tendo em vista a proximidade e a facilidade de acesso), o que por sua vez facilita o acesso ao comércio das cidades próximas.

Assim, a incorporação do espaço geográfico e suas relações sociais e econômicas nos estudos sobre o comportamento eleitoral e a concentração de votos pode “revelar processos subjacentes que permanece[riam] ‘invisíveis’” (Idem, p.13), e contribuir para não subestimar ou sobrestimar efeitos daqueles que podem ser também importantes determinantes do voto.

A geografia eleitoral pode contribuir, portanto, para as análises sobre competição eleitoral, assim como pode contribuir também para compreender a relação mantida pelo poder Legislativo com o eleitorado, e como estes atores se comportam levando em conta a dimensão espacial de maneira a evidenciar, conforme Terron (2012):

“[a] constituição de territórios eleitorais e conexões entre atores políticos e suas bases eleitorais; ao político pode fornecer informações relevantes para as estratégias de campanha; e para o cidadão pode se converter num instrumento de fiscalização dos representantes do ‘seu território’” (p.17).

Ela pode ser, portanto, uma importante ferramenta para mensurar teorias sobre a conexão eleitoral, pois é capaz de incorporar o espaço geográfico e suas relações citadas na análise do comportamento eleitoral às concentrações de votos dos candidatos.

Com o avanço das discussões sobre a estratégia de concentração de votos e a fim de tornar complementar a leitura dos dados eleitorais considerando o componente geográfico da distribuição dos votos, trabalhos têm usado e discutido índices de concentração e cálculos de estatística espacial para fazer uso da geografia eleitoral. Dentre esses encontram-se os esforços de Terron e Soares (2010) cujo estudo utiliza da geografia eleitoral e o índice de Moran Local e Global – que calcula a correlação entre a

concentração dos votos e sua relação espacial com o território – para determinar as bases geográficas de Lula e do PT no Brasil, tendo em vista a implantação de programas sociais, como o Bolsa Família.

O índice de Moran mede a autocorrelação espacial da votação do candidato num dado município e, conforme Terron e Soares (2010), ajuda a “descobrir” os territórios eleitorais dos candidatos. Seus valores variam entre -1 e 1, sendo o valor de 1 correspondente à correlação positiva, 0 a ausência de correlação e -1 correlação negativa.

Outros estudos têm usado índices de concentração adaptados da literatura da economia para fazer uso da geografia eleitoral (Avelino et al, 2011; Silva et al, 2011; Silva et al, 2012). Conforme Avelino *et al* (2011) a economia – ao estudar o problema da localização industrial – se depara com o mesmo problema da pesquisa empírica voltada para sistemas políticos como o brasileiro: “lidar com múltiplos agentes interagindo simultaneamente” (p.342).

Um dos índices é o *QL*, ou quociente locacional, proposto por Benavid-Val (1991:75). Sua utilização permite compreender a importância relativa de cada um dos municípios do estado na votação do candidato. Quando o *QL* é igual a 1 significa que o partido/candidato recebeu a quantidade de votos esperada no município se a distribuição de votos fosse homogênea, dado o número total de votos recebidos por ele.

Estes índices ajudam a contornar problemas que podem esconder ou subestimar/sobrestimar as reais concentrações de votos dos candidatos nos municípios. Com o conhecimento das áreas de concentração torna-se possível a compreensão também das estratégias que os candidatos adotam, assim como, relacionando com o contexto socioeconômico, político e espacial, compreender melhor as opções dos eleitores no processo de escolha de seus candidatos.

Assim, os estudos da geografia eleitoral brasileira têm produzido uma importante agenda de pesquisa que visa compreender melhor os argumentos que restringem à relação fisiologista entre político e eleitor. Mesmo que ainda incipientes, eles procuram considerar a importância dos aspectos espaciais.

OBJETIVOS E METODOLOGIA

O objetivo deste trabalho é verificar se, a partir de evidências empíricas, candidatos concentram seus votos em regiões determinadas que estão envolvidas numa dinâmica que, devido à localidade/proximidade das cidades que as compõem, compreende relações de interações sociais, de comércio, de fluxos de informações e de transporte entre seus habitantes. Essa dinâmica envolve o que Key (1949) e Terron (2009) chamaram de “*friends-and-neighbors effect*”, ou o efeito da vizinhança. A hipótese é que o efeito da vizinhança influencia a dinâmica do voto, fazendo com que este ocorra em alguns lugares, mais do que em outros, justamente por causa das relações que a proximidade permite estabelecer.

Fazendo uso dos resultados eleitorais para deputado federal de 2002, 2006 e 2010 do estado de São Paulo e por meio de recursos de representação cartográfica e de cálculos de concentração dos votos, pretende-se explorar se há uma relação entre a concentração dos votos e outra ordem de argumentação. Esta considera uma miríade de contextos relacionados ao nível local das regiões. Estes dados estão disponíveis nas bases do projeto “Comportamento eleitoral e determinantes do voto em São Paulo”, vinculado ao Centro de Estudos da Metrópole (Cepid/Fapesp e INCT/CNPq) e agora também integrado ao Projeto Temático da Fapesp “Instituições políticas, padrões de interação executivo-legislativo e capacidade governativa”. Esta base de dados eleitorais já está consolidada, principalmente no que tange ao estado de São Paulo, já que suas principais pesquisas se iniciaram neste estado.

Para a verificação das concentrações de votos, foi elaborado para teste o índice de concentração mensurado QL (quociente locacional). O QL tem sua adaptação para dados eleitorais na seguinte formulação:

$$QL_{im} = \frac{V_{im}}{V_i} \bigg/ \frac{V_m}{V}$$

Sendo V_{im} o total de votos do partido i no município m , $V_m = \sum_i V_{im}$, $V_i = \sum_m V_{im}$ e

$V = \sum_m \sum_i V_{im}$. $\frac{V_{im}}{V_i}$ mede a proporção de votos do partido em dado município, e $\frac{V_m}{V}$ mede a proporção de votos da cidade sobre o total do distrito. Quando o QL é igual a 1

significa que o partido recebeu a quantidade de votos esperada no município se a distribuição de votos fosse homogênea, dado o número total de votos recebidos por ele.

Além disso, foi utilizado o material disponibilizado pelo IBGE sobre a rede urbana e as regiões de influência das cidades, a *Regic*. Este material é composto por uma série de banco de dados e uma publicação (cartilha) sobre a metodologia e os resultados. É importante ressaltar que houve uma limitação quanto a esses dados, já que parte deles não está disponível no estudo da *Regic*, mas estão agregados e essa agregação deriva de outros estudos do IBGE, ainda não disponibilizados.

Por último, foram utilizados os mapas coropléticos⁴ elaborados que possibilitam a comparação visual entre as duas esferas da pesquisa citadas: a concentração de votos e os dados plotados da *Regic*, com a hierarquia das cidades, bem como o nível de influência de algumas cidades sobre outras.

RESULTADOS PRELIMINARES

O trabalho se deu no sentido de operacionalizar os dados para possibilitar comparações entre as três esferas diferentes – a saber: dados eleitorais, dados de concentração de votos e dados do *Regic* –, e tornar factível a relação entre elas. Dessa forma, dados preliminares serão apresentados em duas etapas diferentes que dão consequência à esta seção.

- **REGIC – REGIÃO DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES/IBGE**

O estudo da *Regic* sobre as regiões de influência das cidades brasileiras consiste na criação de uma hierarquização das cidades. Essa hierarquização da rede urbana se dá com base no número de habitantes, na influência direta e no número de relacionamentos entre as cidades. O número de relacionamentos foi o resultado obtido de um questionário aplicado pelo IBGE e da mensuração da intensidade da relação entre as cidades. Esse questionário incluía perguntas sobre diversos temas tais como: os

⁴ Os mapas coropléticos são mapas produzidos por uma técnica específica cuja elaboração se dá com dados quantitativos e apresentam sua legenda ordenada em classes por meio de tonalidades de cores, ou por uma sequência ordenada de cores que aumentam de intensidade conforme a sequência de valores apresentados nas classes estabelecidas.

transportes públicos e as ligações regulares com outras cidades; o local onde os moradores do município costumavam frequentar o ensino superior; de onde vêm os jornais lidos no município; onde são comprados bens-duráveis; onde os moradores vão para buscar serviços de saúde, assim como shows, cinemas e teatro; entre outros.

A tabela abaixo apresenta os níveis de hierarquia dos centros urbanos.

Tabela 1 – Níveis de Hierarquia dos Municípios Brasileiros (Fonte: IBGE)

Código	Hierarquia	Cidades e Características
1A	Grande Metrópole Nacional	São Paulo
1B	Metrópole Nacional	Rio de Janeiro e Brasília
1C	Metrópole	Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, BH, Curitiba, Goiânia, Porto Alegre
2A	Capital Regional A	11 cidades; aproximadamente 955 mil habitantes e 487 relacionamentos
2B	Capital Regional B	20 cidades; aproximadamente 435 mil habitantes e 406 relacionamentos
2C	Capital Regional C	39 cidades; aproximadamente 250 mil habitantes e 162 relacionamentos
3A	Centro Sub-regional A	85 cidades; aproximadamente 95 mil habitantes e 112 relacionamentos
3B	Centro Sub-regional B	79 cidades; aproximadamente 71 mil habitantes e 71 relacionamentos
4A	Centro Zona A	192 cidades; aproximadamente 45 mil habitantes e 49 relacionamentos
4B	Centro Zona B	364 cidades; aproximadamente 23 mil habitantes e 16 relacionamentos
5	Centro local	4473 cidades; menos de 10 mil habitantes

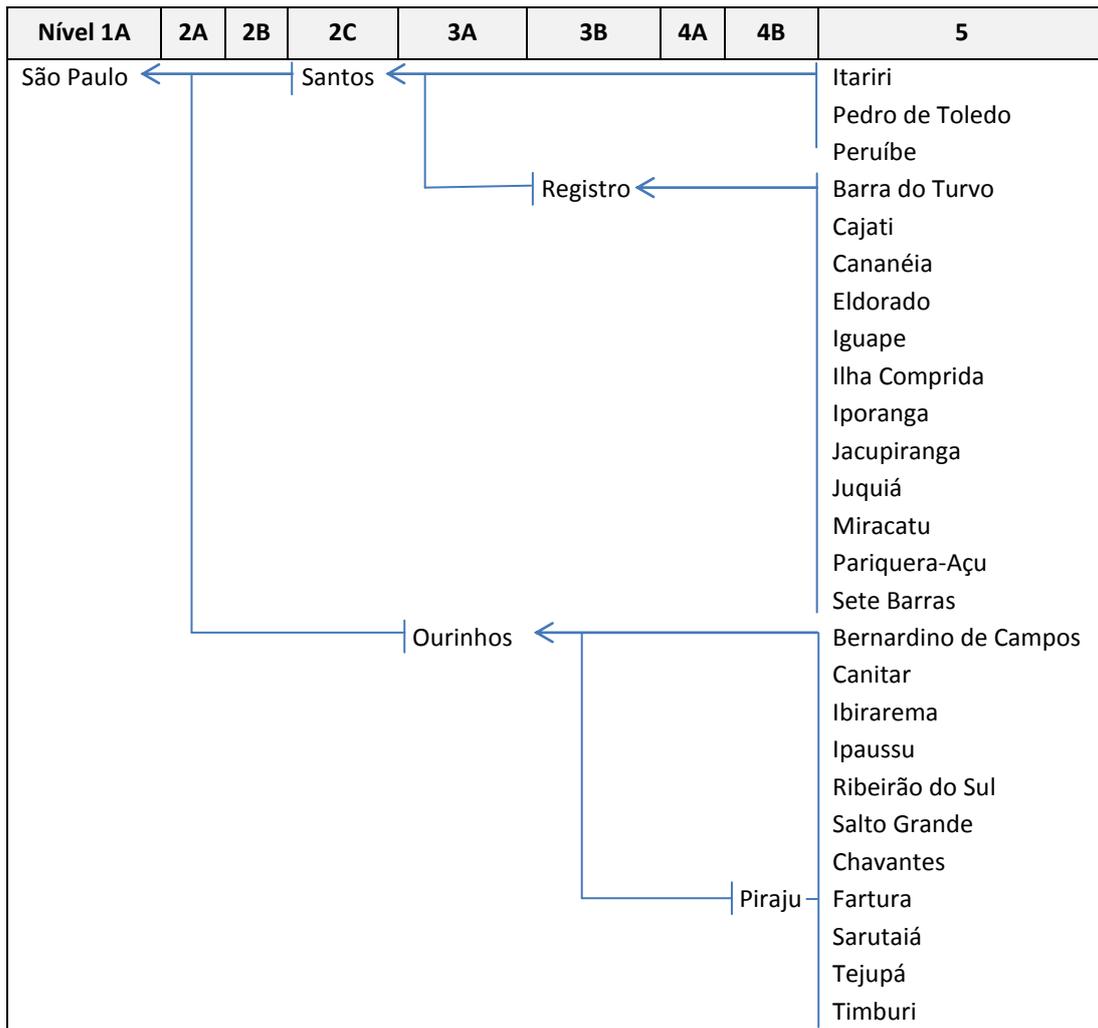
No caso do estado de São Paulo – escopo geográfico desse estudo –, suas 645 cidades se distribuem conforme o quadro abaixo (Tabela 2). É importante ressaltar que da totalidade, 97 municípios não contém informações de ligação com outros municípios, já que para o estudo foi adotado a agregação de municípios que se origina em outro estudo do mesmo instituto.

Tabela 2 – Níveis de Hierarquia dos Municípios do Estado de São Paulo (Fonte: IBGE)

Código	Hierarquia	Cidades e Características
1A	Grande Metrópole Nacional	São Paulo (1)
2A	Capital Regional A	Campinas (1)
2B	Capital Regional B	Ribeirão Preto e São José do Rio Preto (2)
2C	Capital Regional C	Araçatuba, Araraquara, Bauru, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Santos, São José dos Campos e Sorocaba (10)
3A	Centro Sub-regional A	10 cidades
3B	Centro Sub-regional B	9 cidades
4A	Centro Zona A	19 cidades
4B	Centro Zona B	33 cidades
5	Centro local	484 cidades

A operacionalização dos dados correspondentes ao estado de São Paulo se deu da seguinte forma: uma vez que a matriz das regiões de influência do estado não possui um mesmo desenho para todos os municípios (ver exemplo Quadro 1) – isto é, nem todas as cidades abaixo do nível 1A estão no nível 2A, mas algumas estão no nível 2B, ou 2C, etc –, o primeiro nível utilizado para sua subdivisão como área de influência foi o primeiro que aparecia logo após o nível da Grande Metrópole Nacional (São Paulo, que é referência e influência para toda a rede urbana brasileira), independente do nível que fosse. No caso exemplificado, os municípios utilizados foram, portanto, Santos (2C) e Ourinhos (3A).

Quadro 1 – Exemplo de estrutura da matriz das regiões de influência (Fonte: IBGE)



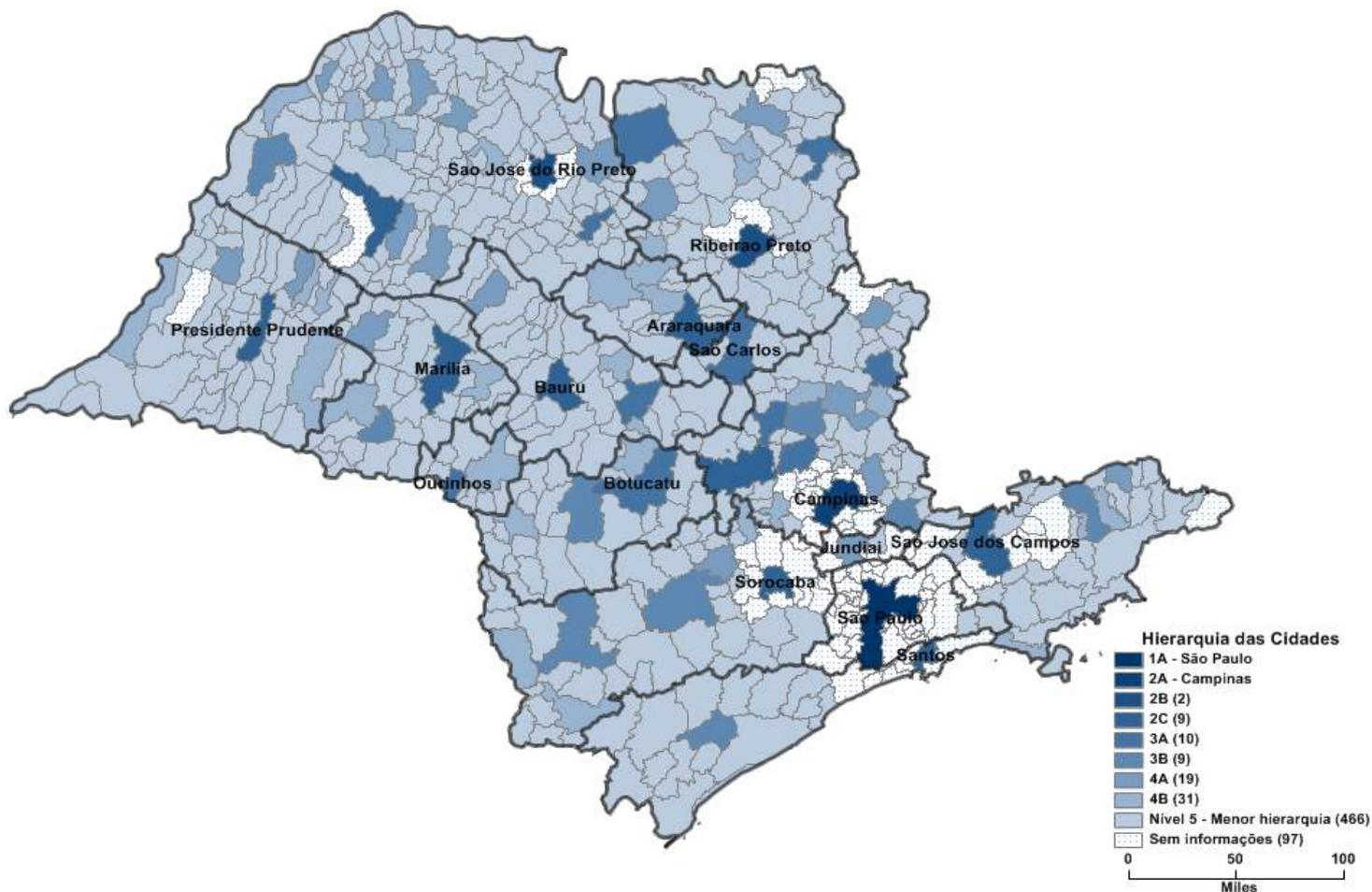
Dessa forma, tendo adotado esse critério, foi possível encontrar quinze regiões de influência dentro do estado de São Paulo. São elas:

Tabela 3 – Regiões de Influência do Estado de São Paulo

Regiões	Quantidade de municípios que a compõe
Araraquara	18 municípios
Bauru	39 municípios
Botucatu	26 municípios
Campinas	77 municípios
Jundiaí	7 municípios
Marília	36 municípios
Ourinhos	11 municípios
Presidente Prudente	57 municípios
Ribeirão Preto	62 municípios
Região Metropolitana de São Paulo	38 municípios
Santos	24 municípios
São Carlos	7 municípios
São José do Rio Preto	147 municípios
São José dos Campos	43 municípios
Sorocaba	53 municípios

Essas quinze cidades que dão nome às regiões de influência do estado, dado o critério utilizado, são, assim, municípios de referência para as cidades que estão em sua vizinhança. A imagem formada pelas regiões de influência no estado de São Paulo foi plotada e encontra-se no Figura 1 (abaixo), e os entornos – em preto – foram resultado da divisão das cidades conforme suas regiões, segundo indicação da Tabela 3.

Figura 1 – As Regiões de Influência das Cidades do Estado de São Paulo



Assim, o que o desenho das regiões de influência evidencia é o estabelecimento das relações e interações sociais entre aqueles municípios pertencentes à mesma região. Tendo em vista que a *Regic* fez uso de questionários com os próprios habitantes desses municípios, é possível inferir que foi a vivência e a interação social e econômica na localidade geográfica que determinou o desenho das regiões de influência formadas por esses municípios.

- **ARTICULANDO ARENAS: O COMPONENTE GEOGRÁFICO E A CONCENTRAÇÃO DE VOTOS**

Os dados eleitorais utilizados correspondem às votações dos anos de 2002, 2006 e 2010. Dessa forma, foi formada uma base de dados para cada ano, de maneira que se tornou possível a obtenção do quociente locacional (*QL*) de todos os candidatos, e a posterior elaboração de mapas que possibilitam acesso visual aos dados – eleitorais e geográficos – articulados entre si.

Retomando, o norte desse trabalho tem como hipótese que o efeito da vizinhança – pelas relações que a proximidade possibilita – influencia a dinâmica dos votos, já que a vizinhança funcionaria de forma a colaborar com a campanha dos candidatos de forma que sua publicidade eleitoral fluiria para estas cidades pelo processo do fluxo de informações, de comércio, de transportes e as relações entre os habitantes de áreas adjacentes.

Tendo isso em vista, se de fato os votos estão relacionados com o contexto local, de forma que este possibilita o fluxo de informações entre moradores e disseminação de propaganda eleitoral, espera-se que suas áreas de concentração estejam contidas nas delimitações das regiões da área de influência das cidades.

As Figuras 2, 3 e 4 apresentam a plotagem da concentração de votos de diferentes candidatos para os três anos sobreposta às áreas de influência das cidades da Regic, em três regiões de influência diferentes.

Figura 2 – Mapas de Concentração de Votos (QLs) de Telma de Souza (1304) em 2002, Beto Mansur (1144) em 2006 e Márcio França (4040) em 2010

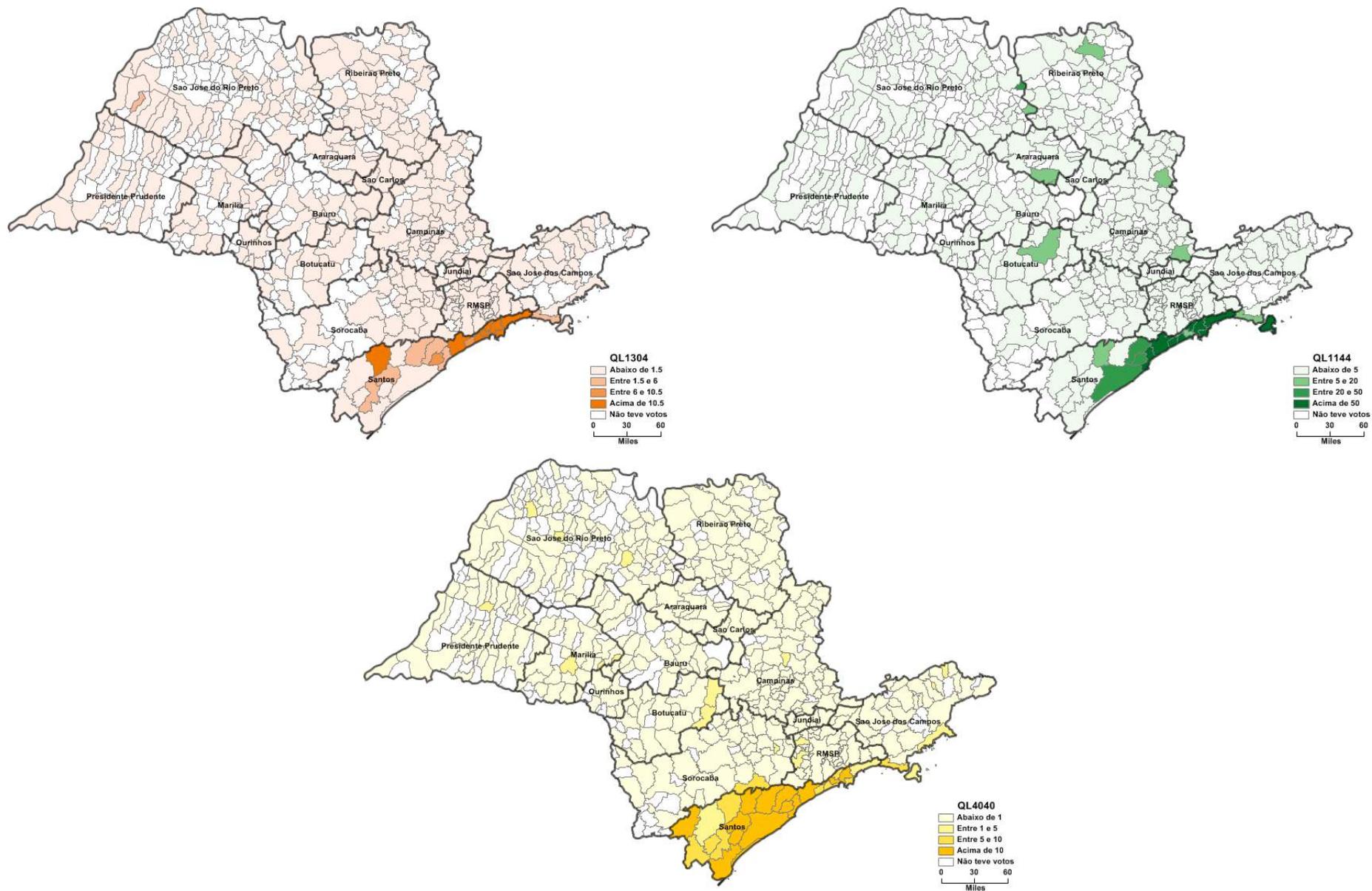


Figura 3 – Mapas de Concentração de Votos (QLs) de Angela Guadagnin (1317) em 2002, Emanuel Fernandes (4515) em 2006 e Carlinhos Almeida (1316) em 2010

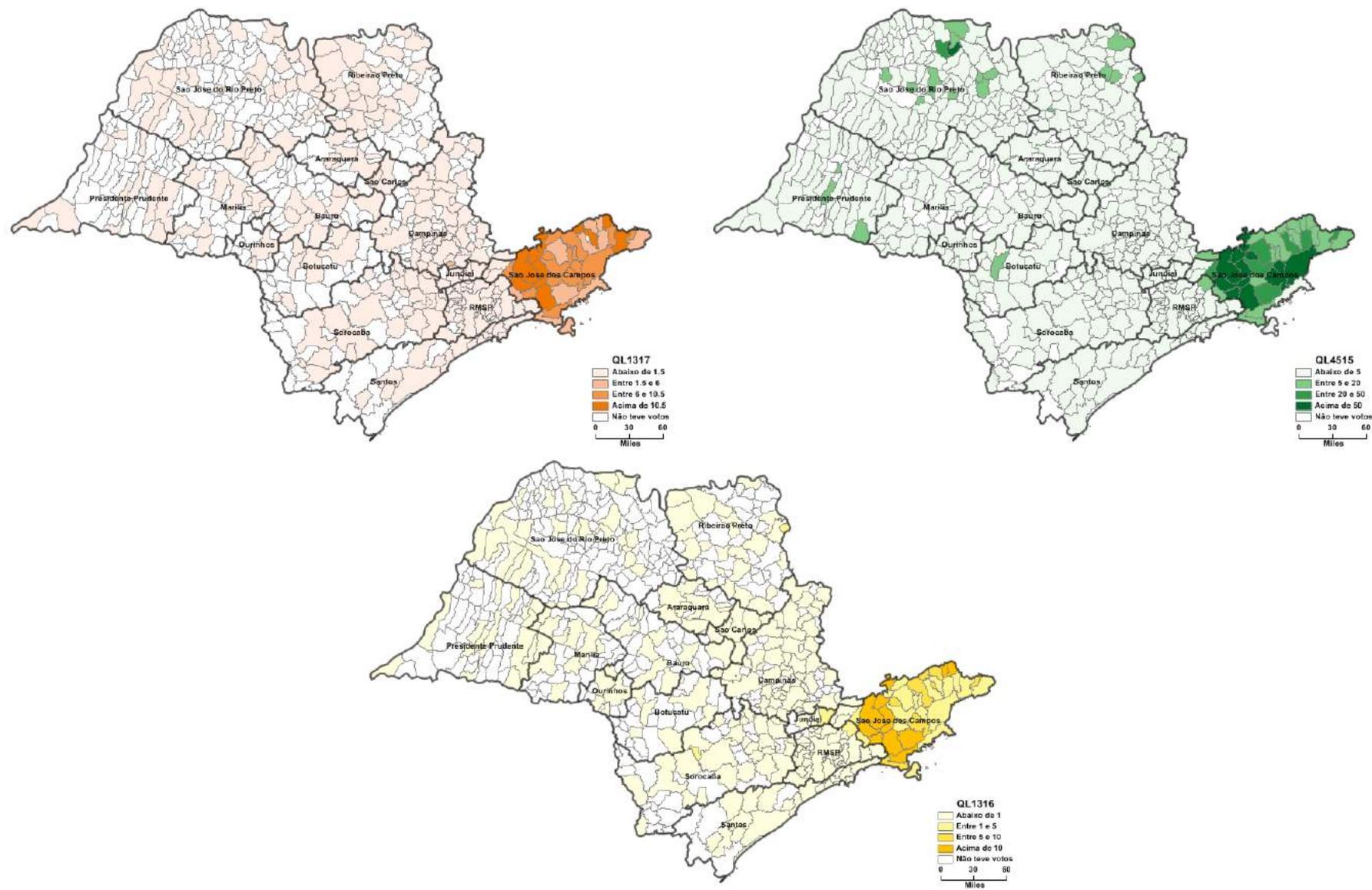
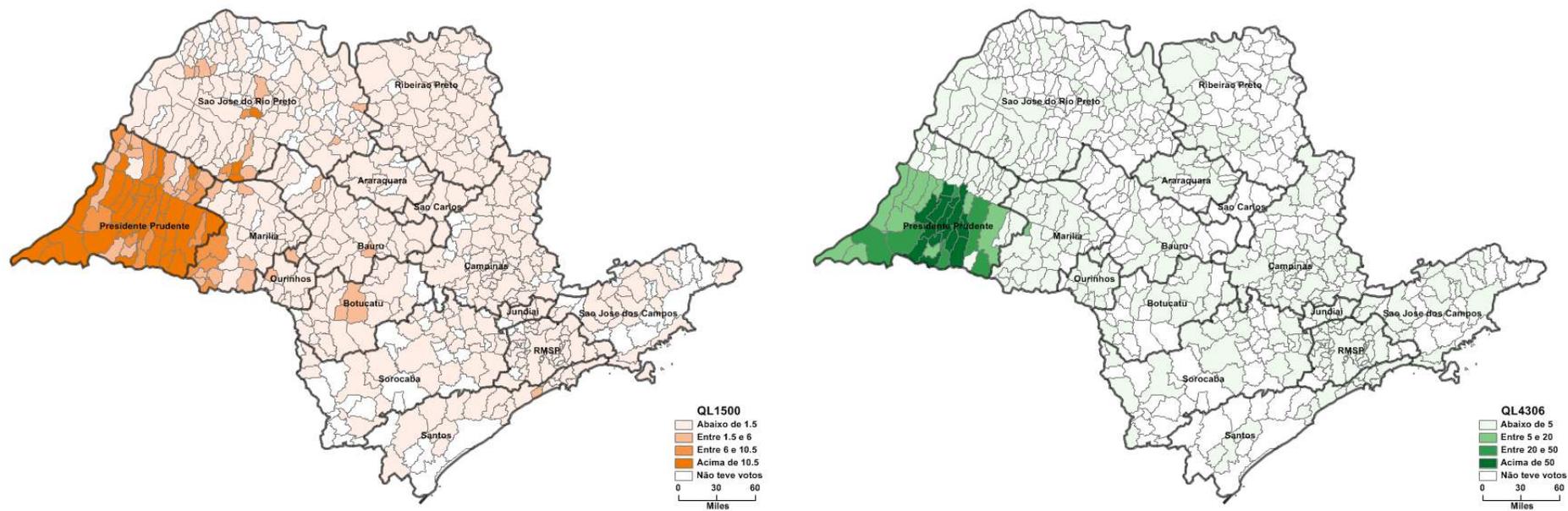


Figura 4 – Mapas de Concentração de Votos (QLs) de Paulo Lima (1500) em 2002 e Talmir Rodrigues (4306) em 2006



Conforme evidenciado nas representações visuais acima, as concentrações de votos de candidatos diferentes, como o esperado, parecem ficar mais restritas às regiões de influência, do que espalhadas fora delas, de forma difusa. O uso dos três anos permite a visualização do fenômeno em perspectiva temporal.

A Figura 2 mostra o caso de três candidatos, um para cada ano, cuja concentração de votos se localiza na região de influência de Santos:

- O primeiro mapa da Figura 2, do ano de 2002 é de Telma de Souza. Telma foi vereadora de Santos em 1982, deputada estadual em 1986, prefeita de Santos em 1988, eleita deputada federal em 1994, em 1998 e em 2002.
- O segundo mapa da Figura 2, de 2006, é de Paulo Mansur. Foi eleito vereador em 1989 em São Vicente, deputado federal em 1990 e foi reeleito em 1994. Em 1996, foi eleito prefeito de Santos, voltando a ser eleito em 2000. Em 2006, volta ao Congresso e é reeleito 2010.
- O último mapa da Figura 2 mostra o caso de Márcio França em 2010. França foi vereador em São Vicente em 1986 e prefeito em 1998, sendo reeleito em 2000. Foi eleito deputado federal em 2006, reeleito em 2010.

A Figura 3, que mostra casos de candidatos cuja concentração de votos se localiza na região de influência de São José dos Campos:

- O primeiro mapa mostra o caso de Angela Guadagnin em 2002. Angela foi prefeita de São José dos Campos, eleita em 1992. Em 1998 foi eleita deputada federal, e reeleita em 2002. Foi eleita vereadora de São José dos Campos em 2008 e em 2012.
- O segundo mostra o mapa de Emanuel Fernandes, de 2006. Emanuel foi prefeito de São José dos Campos eleita em 1996 e reeleita em 2000. Em 2006 foi eleito deputado federal.
- Já o terceiro mostra o caso de Carlinhos Almeida, em 2010. Carlinhos foi vereador de São José dos Campos em 1988, em 1992 e em 1996. Em 1998 foi eleito deputado estadual, e foi reeleito em 2002 e em 2006. Em 2010 foi eleito deputado federal.

Já a Figura 4 mostra o caso de dois candidatos, cuja concentração de votos se localiza na região de influência de Presidente Prudente:

- O primeiro mapa da Figura 3 mostra o caso de Paulo Lima, em 2002. Lima foi eleito deputado federal em 1998, em 2002 e em 2006. E em 2010 foi vice-prefeito de Presidente Prudente.
- Já o segundo mapa mostra o caso de Talmir Rodrigues, médico na cidade de Presidente Prudente. Foi candidato a deputado federal 2002, a prefeito de Presidente Prudente em 2004. Foi eleito a deputado federal em 2006, foi suplente em 2010 e candidato a prefeito de Presidente Prudente em 2012.

As votações mais concentradas dos oito casos exibidos, em sua predominância, se localizam numa mesma área do mapa. As manchas de maior concentração de votos (medidos pelo *QL*) estão circunscritas pelas regiões de influência, nos exemplos visuais, na de Santos, São José dos Campos ou Presidente Prudente.

Além disso, o perfil dos candidatos dos casos é o perfil de políticos conhecidos nos municípios de maior influência nas regiões em que suas votações parecem estar mais concentradas. A maioria deles exibem longas trajetórias na política local desses municípios, e posteriormente, quando candidatos ao cargo de deputado federal, tiveram votações muito concentradas na região de influência a qual esses municípios pertenciam.

Dessa forma, parece possível inferir que ao serem conhecidos como figuras públicas nos municípios em que exerciam cargos políticos eles passaram a ser conhecidos, também, nos municípios vizinhos. Tal inferência parece encontrar base explicativa nas relações estabelecidas pela localidade/proximidade das cidades, ou seja, pelo fluxo de informações, comércio, transporte e interações entre os habitantes dessas áreas contíguas.

Conseqüentemente, as bases eleitorais dos candidatos não seriam produto único e exclusivo de benefícios clientelistas e relações de fisiologismo, mas, ao menos também, de processos subjacentes ao ambiente e à vizinhança na qual vivem os eleitores e os candidatos, ou seja, o *“friends-and-neighbors effect”*, como já ressaltaram Key (1949) e Terron (2009).

CONCLUSÃO

Este trabalho procurou compreender como se dá a dinâmica da relação entre candidatos e eleitores, com vista no contexto espacial. Através da análise realizada até o momento, é possível concluir que – em concordância com a literatura sobre geografia eleitoral –, de certa forma, os padrões de localidade/proximidade das cidades – e suas relações de interações sociais, de comércio, de transporte e fluxos de informações – relaciona-se com o padrão de concentração de votos. As análises dos mapas, com o contorno das Regiões de Influência das Cidades e a concentração dos votos, evidencia visualmente tal relação.

Tais evidências apontam no sentido de contrariar, portanto, parte da literatura que encontra no clientelismo o argumento que completa o distributivismo como única estratégia possível para a eleição/reeleição dos candidatos. Não se pretende aqui negar a existência de áreas onde os candidatos consigam mais votos, nem que eles não façam uso de estratégias clientelistas. Os resultados, até então, evidenciam que para além de tais estratégias, há que se considerar que as relações entre as cidades e seus habitantes parece ser um importante fator para determinar o comportamento dos eleitores perante os candidatos e suas estratégias eleitorais.

Os passos seguintes a serem explorados por essa pesquisa, então, seguem no intuito de encontrar mais argumentos que possam reforçar os fatos encontrados. Compreender com mais profundidade os fluxos de relações entre os municípios das mesmas regiões e as relações destes com os votos a fim de compreender melhor, finalmente, o funcionamento das estratégias eleitorais e a dinâmica da escolha do eleitorado e tornar mais claro o papel das regras eleitorais e a influência do contexto geográfico no voto.

BIBLIOGRAFIA

AGNEW, J. **Mapping politics: how context counts in electoral geography**. *Political Geography*, 15(2), 129-146. 1996.

AMES, B. "Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation". **American Journal of Political Science**. v. 39 n. 2, pp. 406-33, 1995a.

_____. "Electoral Rules, Constituency Pressures, and Pork Barrel: Bases of Voting in Brazilian Congress". **The Journal of Politics**, v. 57, n. 2, pp: 324-43, 1995b.

_____. **The Deadlock of Democracy in Brazil**, The University of Michigan Press, University of Michigan, 2001.

_____. **Os Entraves da Democracia no Brasil**, Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 2003.

AVELINO, G., BIDERMAN, C. e SILVA, G. P. **A concentração eleitoral nas eleições paulistas: medidas e aplicações**. *Revista Dados – Vol. 54 no 1 – 2011*.

BENAVID-VAL, A. Economy Composition Analysis. IN: **Regional and Local Economic Analysis for Practitioners**, NY, Praeger, Capítulo 7, pp. 67-76, 1991.

CAREY, J. e SHUGART, M. "Incentives to cultivate a personal vote". **Electoral Studies**, v.14, n. 4, pp 417-439, 1995.

CARVALHO, N. R. **E no Início Eram as Bases**. Geografia Política do Voto e Comportamento Legislativo no Brasil. Ed. Revan, Rio de Janeiro, 2003.

IBGE – Região de Influência das Cidades de 2007. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2008.

KEY, V.O. **Southern Politics in State and Nation**, New York: Alfred A. Knopf. 1949.

LAMOUNIER, B. Estrutura Institucional e governabilidade na década de 1990. In: REIS VELLOSO, J. P. dos. **O Brasil e as reformas políticas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

MAINWARING, S. "Politicians, Parties, and Electoral Systems: Brazil in Comparative Perspective". **Comparative Politics**, vol. 24, n. 1, pp.21-43, 1991.

MAYHEW, D. **Congress: The Electoral Connection**. New Haven, United States: Yale University Press, 1974.

MELO, C. R., **As instituições políticas brasileiras funcionam?** *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 25, p. 199-203, nov. 2005

MESQUITA, L. **Emendas ao Orçamento e Conexão Eleitoral na Câmara dos Deputados Brasileira**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SAMUELS, D. "Pork Barreling Is Not Credit Claiming or Advertising: Campaign Finance and the Sources of Personal Vote in Brazil". **The Journal of Politics**, v. 64, n. 3, pp: 845-63, 2002.

SILVA, G. P. **Uma Discussão acerca das Regras Eleitorais do Sistema Político Brasileiro e dos Incentivos ao Comportamento Parlamentar**. Tese de Doutorado. FGV, São Paulo 2009.

SILVA, G.P, DAVIDIAN, A. e MESQUITA, L.. **A regionalização dos votos partidários para Câmara Federal no Rio de Janeiro nas eleições de 2010**. Em Debate, v. 4, p. 43-52, 2012.

SILVA, G.P, MESQUITA, L. e DAVIDIAN, A. **Uma análise exploratória das estratégias partidárias nas eleições para a Câmara**. Apresentação em Congresso. ANPOCS, 2011.

SILVA, Patrick. **O pork barrel no Município de São Paulo: a produção legislativa dos vereadores paulistanos**. São Paulo: Centro de Estudos da Metrópole, Working Paper. N.11, 2010, ISSN:2177-9015:2010. Disponível: <http://www.centrodametropole.org.br/static/uploads/patrijan.pdf>

TERRON, S. L. **A Composição de Territórios Eleitorais no Brasil: Uma Análise das Votações de Lula (1989-2006)**. Tese de Doutorado. IUPERJ, Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Geografia Eleitoral em Foco**. Em Debate, Belo Horizonte, V.4, No.2, p.8-18, 2012.